

Ofício Nº 75 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

Brasília, em 8 de outubro de 2020.

Senhora Primeira-Secretária,

Em resposta ao Ofício 1^a Sec/RI/E nº 1426/2020, pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento de Informação nº 984/2020, de autoria do Deputado José Guimarães (PT/CE), que "requer ao Ministro das Relações Exteriores informações sobre o engajamento do Brasil nas missões de paz da ONU", presto, a seguir, os esclarecimentos cabíveis.

PERGUNTA 1

"Qual é o estado da arte do engajamento do Brasil nas missões de paz da ONU?"

RESPOSTA À PERGUNTA 1

2. O Brasil atribui grande importância às operações de manutenção da paz das Nações Unidas, instrumentos fundamentais da implementação do sistema de segurança coletiva da Organização. Os mais de 50 mil civis, policiais e militares

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Soraya Santos
Primeira-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Fls. 2 do Ofício N° 75 G/SAC/AFEPA/SASC/PARL

brasileiros desdobrados em cerca de 50 missões em distintos continentes, desde 1948, dão testemunho inequívoco de que o Brasil, para além de sua condição de país pacífico, participaativamente dos esforços no campo da paz e segurança internacional. O acumulado histórico do envolvimento nacional em missões de paz é a tradução prática de princípios fundamentais inscritos no artigo 4º da Constituição Federal, como a solução pacífica de controvérsias internacionais e a defesa da paz.

3. Ao longo de mais de 70 anos como país contribuinte de tropas para a ONU, o engajamento do Brasil é balizado pelo elevado profissionalismo e disciplina de seus contingentes e pelo respeito aos princípios básicos das operações de manutenção da paz - o consentimento das partes, a imparcialidade e o não uso da força, exceto nos casos de autodefesa ou na defesa do mandato da missão. O compromisso efetivo em contribuir para a paz, com a adesão das partes em disputa a processos de reconciliação nacional e negociação, é pressuposto fundamental da participação brasileira em missões de paz.

4. O escopo das operações de manutenção da paz ampliou-se significativamente nas últimas décadas. Mandatos cada vez mais ambiciosos têm suscitado grandes expectativas, em linha com os crescentes desafios humanitários, políticos e de segurança no terreno. O equilíbrio entre segurança, paz e desenvolvimento é um dos objetivos perseguidos pelo Brasil em sua atuação nas negociações de normas de funcionamento das operações de manutenção da paz. O

FIs. 3 do Ofício N° 75 G/SAC/AFEPA/SASC/PARL

país confere igual ênfase às atividades de manutenção da paz, de consolidação da paz e de prevenção e resolução de conflitos e tem consistentemente defendido que as Nações Unidas atribuam maior atenção ao enfrentamento das causas profundas de cada um dos conflitos.

5. Segundo dados do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas referentes a junho de 2020, o Brasil ocupa o 45º lugar entre os países contribuintes de tropas. Participa, no momento, com 282 militares e 5 policiais distribuídos em 8 missões de paz. Merece destaque o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), exercido pelo Brasil desde 2011. Além disso, na Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), a função de comandante do componente militar é exercida por um general brasileiro desde janeiro de 2020. Entre 2013 e 2015, a MONUSCO foi também comandada por general brasileiro.

6. Atualmente, o Brasil também se consolida como importante provedor de capacitação para terceiros países que enviam tropas em missões de paz. O país tem sediado cursos de treinamento promovidos pela ONU, participado da atualização de diversos manuais de treinamento e de políticas setoriais da Organização e cooperado com diversos países no âmbito do treinamento pré-desdobramento. Exemplo dessa modalidade inovadora da contribuição brasileira às missões de paz da ONU foi o

Fls. 4 do Ofício N° 75 G/SAC/AFEPA/SASC/PARL

envio de equipe móvel de treinamento especializada em guerra na selva à MONUSCO, no âmbito da qual capacita tropas de terceiros países que integram a Brigada de Intervenção da missão.

7. Em reconhecimento ao alto profissionalismo e desempenho das forças de paz do Brasil, a ONU agraciou, em junho de 2020, comandante brasileira com o prêmio "Defensora Militar da Igualdade de Gênero" por seu trabalho na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA). Trata-se do segundo ano consecutivo em que uma brasileira recebe a distinção. Em 2019, capitão de fragata fora premiada por seu trabalho na mesma missão de paz.

8. Em missão de paz alguma o Brasil teve engajamento tão intenso e duradouro como no Haiti. No decurso dos 13 anos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), passaram pela missão mais de 37 mil soldados brasileiros. Durante todo aquele período, onze generais brasileiros exerceram de maneira sucessiva o comando das forças militares - fato sem precedentes na história das operações de paz. Ao longo daquele período, os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Defesa (MD) e diversos outros ministérios e órgãos federais somaram-se aos esforços de estabilização e pacificação do Haiti com sentido de missão compartilhada: a promoção da paz e do desenvolvimento em uma nação irmã como princípio caro à sociedade brasileira,

Fls. 5 do Ofício Nº 75 G/SF/AFEPA/SASC/PARL

bem como a disposição e a capacidade do Brasil de assumir crescentes responsabilidades internacionais, compatíveis com seus recursos militares, econômicos e políticos.

9. O compromisso do Brasil com o Haiti estendeu-se para além da esfera militar e da segurança tradicional e seguiu enfoque eminentemente multidimensional, atento à superação das causas estruturais do conflito no país. O protagonismo na MINUSTAH coadunou a um só tempo a vertente da política externa brasileira solidária e respeitadora do direito internacional com a perspectiva estratégica de alavancar a influência regional e multilateral do Brasil em temas de paz e segurança internacional.

PERGUNTA 2

"Há previsão de participação do Brasil em missões de paz no curto e médio prazo?"

RESPOSTA À PERGUNTA 2

10. O Brasil participa, segundo dados da ONU de 31 de agosto último, de oito missões de paz, com 287 militares e policiais militares. A maior parte desse quantitativo está concentrado no contingente mantido pela Marinha do Brasil na

Fls. 6 do Ofício N° **75** G/SF/AFEPA/SASC/PARL

UNIFIL, no Líbano.

11. Caso a pergunta se refira ao desdobramento de unidades militares (pelotão, companhia ou batalhão) do Exército Brasileiro (EB) - a exemplo do que ocorreu durante o estabelecimento da MINUSTAH (2003-2017), sugere-se consultar o Ministério da Defesa.

PERGUNTA 3

"Por que mesmo que formalmente convidado pelas Nações Unidas, ofício DPKO/OMA/2017/0753 datado de 22 de novembro de 2017, para integrar a missão de estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), com engajamento de 750 soldados do batalhão de infantaria, o pedido sequer chegou ao Congresso Nacional, e o Brasil ficou omisso em relação a este pedido da organização internacional negando a ajuda à MINUSCA?"

RESPOSTA À PERGUNTA 3

12. Encerrada a MINUSTAH, por decisão do Conselho de Segurança da ONU, em dezembro de 2017, o Brasil foi convidado pela Organização a desdobrar um batalhão de infantaria de 750 tropas na Missão Multidimensional Integrada das

Fls. 7 do Ofício Nº **75** G/SF/AFEPA/SASC/PARL

Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA). O Brasil chegou a trabalhar efetivamente no planejamento de desdobrar tropas na República Centro-Africana. Foram conduzidos, nesse sentido, estudos logísticos e operacionais avançados, com a participação do MRE e do MD, incluindo viagens de reconhecimento ao terreno. A MINUSCA foi identificada pelos dois ministérios como uma das principais opções para desdobramento de contingente brasileiro, em razão do déficit de militares (diferença entre o número de tropas autorizadas e efetivamente desdobradas) e do requerimento, pela ONU, de contingentes com alto grau de preparação, bem equipados e vistos como neutros pelos grupos armados locais.

13. De acordo com a Instrução Normativa n.3/Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, após coordenação inicial com o MRE, compete ao MD realizar "gestões junto ao Ministério da Economia no sentido de provisionar recursos orçamentários à implantação à força de paz". Ainda segundo o texto da Instrução Normativa, "o processo tramita pela Casa Civil para decisão presidencial, podendo ainda haver gestões junto ao Ministério da Economia antes do encaminhamento ao Congresso Nacional".

14. Por decisão do Presidente da República, em abril de 2018, o Brasil comunicou à ONU a impossibilidade de enviar contingentes militares à MINUSCA, em decorrência de restrições orçamentárias. Não obstante sua negativa, o governo

Fls. 8 do Ofício N° 75 G/SAC/AFEPA/SASC/PARL

brasileiro salientou à ONU que a impossibilidade de desdobrar unidades militares formadas naquele momento não afetava a disposição de manter o diálogo com a Organização, inclusive com vistas a contribuições futuras para aquela e para outras operações de manutenção da paz.

PERGUNTA 4

"Há alguma restrição interna neste Ministério no que se refere à participação do Brasil nas missões de paz da ONU?"

RESPOSTA À PERGUNTA 4

15. O Ministério das Relações Exteriores acompanha a designação de militares e policiais brasileiros para participação em missões de paz e para preenchimento de vagas no Departamento de Operações de Paz e no Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas, instâncias responsáveis pelas 16 missões políticas ora mantidas pela ONU em diferentes países e regiões. O Itamaraty acompanhou e prestou assessoria também por ocasião da assunção, pelo Brasil, do comando do componente militar da MONUSCO, em 2018, mantido até os dias atuais. O Ministério das Relações Exteriores valoriza a presença de brasileiros tanto nas missões quanto no Secretariado da ONU e a considera importante vetor de

Fls. 9 do Ofício N° 75 G/SF/AFEPA/SASC/PARL

difusão das perspectivas nacionais sobre temas de paz e segurança internacional.

PERGUNTA 5

"Há interesse do atual governo em participar desses esforços multilaterais pela paz?"

RESPOSTA À PERGUNTA 5

16. Da perspectiva da política externa, permanece o engajamento brasileiro em esforços de paz promovidos pela ONU. O convite formulado pela Organização para que o Brasil capacite tropas de terceiros países no terreno (exemplo da equipe móvel de treinamento desdobrada na MONUSCO) e a premiação de "peacekeepers" brasileiras, por dois anos seguidos, dão testemunho da valorização da contribuição aportada pelo Brasil à paz e à segurança internacional.

17. Além disso, há que se considerar o atual cenário da atuação das missões de paz, tratado na resposta à pergunta 1. Futuras participações do Brasil com unidades militares formadas deverão preservar as conquistas logradas ao longo de mais de 70 anos de presença brasileira em operações de manutenção da paz, como o reconhecimento internacional da disciplina e do profissionalismo dos efetivos militares e policiais do Brasil. Novos engajamentos, que permanecem de interesse do

Fls. 10 do Ofício Nº 75 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

governo brasileiro, devem ser planejados com cautela e realismo, de forma a evitar pôr em risco a boa reputação acumulada pela participação do país em missões de paz da Organização das Nações Unidas.

Atenciosamente,



Ernesto Araújo
Ministro de Estado das Relações Exteriores